

b) Director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), Doutor Alexandre Paulo Fernandes Varela Simões Caldas;  
c) Director-geral do Gabinete Nacional de Segurança, vice-almirante na situação de reserva José Deolindo Torres Sobral.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

1 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### Despacho n.º 12 270-E/2007

Considerando que a nova orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, determinou a reestruturação do Centro Jurídico (CEJUR), posteriormente concretizada pelo Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio;

Considerando a idoneidade, experiência e competência profissional demonstradas pela mestra Susana de Meneses Brasil de Brito, bem patentes no currículo académico e profissional que faz parte integrante do presente despacho e é publicado em anexo;

Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, é nomeada para o cargo de directora do Centro Jurídico (CEJUR) a mestra Susana de Meneses Brasil de Brito.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

1 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### ANEXO

##### Síntese de nota curricular

###### 1 — Habilitações académicas:

Mestrado em Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1988, *Bom com distinção*);

Licenciatura em Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1983, *Bom*).

###### 2 — Actividade profissional:

Desde Março de 2001 — exercício de funções de directora do Centro Jurídico (em substituição, nos termos da lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional, artigo 35.º, n.º 2);

2004-2006 — assistente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Introdução ao Estudo do Direito);

2001-1998 — assistente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Fundamentos do Método Científico e da Lógica, 1997-1998);

(2001)-1996 — consultora principal do Centro Jurídico;

1998-1988 — assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Internacional Privado, Direito da Família e Direito das Sucessões e Introdução ao Estudo do Direito);

1996; 1993; 1992 — consultora do Departamento Jurídico do Banco Mundial no âmbito do Projecto Legal Capacity Building (Moçambique);

1995-1993 — docente na Academia Militar ao abrigo do Convénio entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a Academia Militar (Introdução ao Estudo do Direito);

1991-1992 — docente na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, ao abrigo do Convénio de Cooperação entre esta Faculdade e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Teoria do Direito e do Estado I e II);

1988-1984 — assistente estagiária da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Internacional Privado);

1986-1983 — Estágio e exercício da advocacia como profissional liberal;

1984-1983 — assistente no Departamento de Direito da Universidade Livre, Lisboa (Filosofia do Direito e do Estado);

1984-1982 — monitora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Internacional Privado).

###### 3 — Outros elementos académicos e profissionais:

Desde 2006 — membro do Conselho Editorial dos Cadernos Interdisciplinares Luso-Brasileiros (Instituto Jurídico Interdisciplinar/Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Escola Superior de Direito Constitucional/São Paulo, Brasil);

Desde 2005 — representante de Portugal no Grupo de Alto Nível de Especialistas Nacionais em Matéria de Legislação, com funções junto da Comissão Europeia;

Desde 1998 — doutoranda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

2006 — (palestra) Supererogatio — Sociedade Portuguesa de Filosofia, Seminário de Filosofia do Direito e do Estado;

2006 — (palestra) Ruy Sant'Elmo, uma ilustração da imaginação literária do jurista. Colóquio «Direito e literatura», Instituto Jurídico Interdisciplinar/Faculdade de Direito da Universidade do Porto;

2006 — intervenção lectiva em curso de formação para dirigentes (INA) sobre simplificação e avaliação legislativa;

2002 — (conferência e artigo) «Em torno da indemnização às vítimas de crimes violentos» (*Direito e Cidadania*, ano IV, n.º 14, Janeiro de 2002 a Abril de 2002, pp. 43-55);

2001-1996 — membro da delegação portuguesa da Comissão Internacional para o Estado Civil (CIEC);

2000 — (conferência) «O valor jurídico-económico do trabalho doméstico numa perspectiva de direito privado» (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas/Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa);

2000 — participação nos júris de selecção dos candidatos à Magistratura (Centro de Estudos Judiciários);

1999 — (palestra) equidade (Seminário Permanente para o Estudo do Estado do Direito, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa);

1999, 1997 e 1996 — bolseira do Max-Planck Institut für ausländisches und internationalisches Privatrecht (Hamburgo);

1996 — (conferência) «A tradição jurídica portuguesa no direito moçambicano» (Colóquio Globalização e Diferença, Universidade de Macau);

1995-1994 — colaboradora do Max-Planck Institut für ausländisches und internationalisches Privatrecht, *International Encyclopedia of Comparative Law*, Mozambique/National Report (em publicação);

1993 — (artigo) sobre a indagação da lei aplicável aos pactos de jurisdição (estudos em memória do professor João de Castro Mendes, Lisboa, Lex, s.d.);

1992 — (conferência e artigo) «Informática e juristas, que usos, que futuro?» (*Revista Fisco*, 1993);

1992 — co-tradutora do livro *Women's Law — An Introduction to Feminist Jurisprudence*, de Tove Stang Dahl (*Direito das Mulheres, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian*, 1993);

1992-1988 — membro do projecto do INESC (Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores) Normlog/Deontlog, no domínio da inteligência artificial aplicada ao Direito (representação e formalização do conhecimento jurídico); co-autora, de um protótipo de sistema pericial de apoio ao ensino na área do reenvio em Direito Internacional Privado;

1991 — (policop.) *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito* (texto de apoio aos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1991-1992);

1990 — (conferência e artigo) «A experiência do projecto Normlog — o sistema do reenvio concebido como de apoio ao ensino» (colóquio sobre informática e Tribunais, Ministério da Justiça/Fundação Calouste Gulbenkian; separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.ºs 47/48, 1991);

1989 — (palestra) «Lógica Deontica — Uma perspectiva histórica com vista aos contributos de Leibniz, Bentham e Hohfeld», Sociedade Portuguesa de Filosofia, Seminário de Filosofia do Direito e do Estado;

1988 — (diss. mestrado) «Acordos sobre o tribunal competente em situações internacionais»;

1984 — concurso para assistente estagiária da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (da forma da declaração negocial em Direito Internacional Privado).

#### Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

##### Despacho n.º 12 270-F/2007

Considerando que a nova orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, determinou a criação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade do Género (CIG), posteriormente concretizada pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio;

Considerando a aptidão e a experiência profissional demonstradas pela licenciada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves enquanto vice-presidente da agora extinta Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), nas matérias relativas à execução das políticas públicas e no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género;

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e 4.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, e do despacho de subdelegação de competências n.º 14 405/2005 (2.ª série), de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005: